

WAGLEY (Charles), AZEVEDO (Thales de) e PINTO (Luiz A. Costa). —
Uma pesquisa sobre a vida social no Estado da Bahia. Publicações do
Museu do Estado — n.º 11 — Secretaria de Educação e Saúde —
Bahia — Brasil — 1950.

É com prazer que registamos a realização, na Bahia, de um trabalho de campo, do qual o folheto citado indica programa e desenvolvimento; o interesse que um trabalho desse tipo representa para nós, brasileiros, poderá melhor ser aquilutado através de um breve resumo de como e para quê será levada a efeito a pesquisa.

Em julho de 1950 começou o Estado da Bahia, em cooperação com o Departamento de Antropologia da Columbia University, de New York, uma pesquisa de antropologia social e de sociologia com o fito de fornecer uma base objetiva para o planejamento dos programas de educação e saúde pública nas zonas rurais do Estado. Aspectos interessantes apresenta a pesquisa: foram escolhidas, para o estudo, comunidades em três zonas ecológicas diferentes do Estado; o programa foi elaborado em conjunto por cientistas norte-americanos e brasileiros; a pesquisa tem como fim a solução de problemas sociais.

Charles Wagley, antropologista da Columbia University, e Eduardo Galvão, etnólogo do Museu Nacional, Rio de Janeiro, prepararam o ante-projeto. A pesquisa se desenrola sob a direção de Charles Wagley, Thales de Azevedo e Luis A. Costa Pinto, auxiliados por estudantes americanos graduados em antropologia pela Columbia University e estudantes brasileiros de ciências sociais.

Antes de iniciado o trabalho de campo, o programa sofreu um estudo preliminar, tanto na Bahia quanto na Columbia University, em seminários de que participaram, além dos pesquisadores, diversos especialistas em coisas do Brasil.

Procuram os pesquisadores obter, primeiramente, um conhecimento da sociedade e da cultura dos habitantes rurais da Bahia, para depois investigar a dinâmica das mudanças culturais que atualmente lá se verificam, ligadas ao aparecimento de novas técnicas, novas formas de economia, etc. Porque apenas a área litorânea da Bahia recebia influências culturais modernas; mais de 70% da população do Estado (dos quais mais de 50% analfabetos), vivia em 1940 no interior do Estado, em comunidades pouco desenvolvidas tecnicamente e conservando um modo de vida tradicional. A multiplicação das estradas de rodagem, o tráfego de caminhões, puzeram ultimamente todo o interior em contacto com centros mais adiantados, a começar pela própria Capital, possibilitando maior rapidez nas mudanças culturais.

Depois de estudos preliminares, os pesquisadores dividiram o Estado em 6 zonas ecológicas, cada qual apresentando um passado histórico distinto e uma adaptação diferente do homem ao meio, e que são: 1) o Recôncavo; 2) o sertão do Nordeste; 3) as florestas do Sul; 4) o planalto central; 5) o vale do São Francisco; 6) o planalto ocidental.

Procedeu-se então à escolha das 3 zonas que seriam estudadas; o critério foi o da maior ligação social e econômica com a Cidade do Salvador, pois dada a deficiência de transportes, algumas das zonas ecológicas tinham mais relações com Belo Horizonte, por exemplo, do que com a Capital, sofrendo influências que não podem ser dadas como bahianas. As três zonas mais diretamente incluídas na órbita da influência socio-econômica de Salvador e nela integradas seja por estradas de ferro, seja por rodovias, são o Recôncavo, o Planalto Central e o Sertão do Nordeste.

Em cada uma destas zonas foram escolhidas duas comunidades: uma, decedente e isolada, em que a população tenha permanecido relativamente estável em relação com a população da zona toda, e que seja representativa da adaptação tradicional do homem àquêle meio particular; e outra, em progresso, que ou sofreu transformações rápidas, ou surgiu há pouco tempo, — conhecida, então, como moderna. Um antropologista norte-americano e um estudante brasi-

leiro se ocupam de cada uma das zonas, procurando analisar, pela comparação das comunidades, as tendências das mudanças que nelas se processam.

Espera-se, com tais trabalhos, responder a questões propostas por educadores públicos, como por exemplo: "Que fatores na atual vida e na cultura social da região determinam a baixa frequência escolar?" Para tanto, o Serviço de Saúde do Interior do Estado da Bahia, sob a direção do Dr. Bichat Rodrigues, e o Departamento de Educação, sob a direção do Dr. Jaime Abreu, estão preparando um esquema dos problemas com que mais a miúdo se deparam, suscetíveis de esclarecimento por meio de estudos antropológicos e sociológicos.

Não visam os pesquisadores fornecer somente uma base objetiva para programas de educação e saúde pública, mas concorrer também para o conhecimento da estrutura social brasileira e seu funcionamento e, por fim, alcançar melhor compreensão da dinâmica das relações humanas.

MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ.

RATTISTI (Carlo) e ALESSIO (Giovanni). — *Dizionario Etimologico Italiano*. Istituto di Glottologia, Università degli Studi. Firenze. 1950.

É sabido que uma das características que distinguem os estudos etimológicos italianos dos de outros povos, é a preferência pelo estudo dos elementos dialectais em comparação com o dos elementos lingüísticos, e que as causas disto são a importância das falas dialectais, muito melhor conservadas, dentro do conjunto da língua italiana, do que em outras línguas, e a tradição da glotologia italiana, que já ao seu começo foi levada a dar notável valor ao dialecto como expressão imediata da vida popular.

Conseqüência natural dessa característica é por um lado a seriedade das obras etimológicas e lingüísticas italianas de inspiração e de finalidade analítica, e por outro lado o atraso, em comparação com as de outros países, da tendência para a síntese, de forma que sempre houve graves inconvenientes: falta de sistematização mesmo em trabalhos excelentes, como naqueles, por exemplo, dum C. Salvioni: escassez de preparação dos autores mesmo dos vocabulários etimológicos mais conhecidos, dum F. Zambaldi, dum O. Pianigiani ou dum E. Levi: imaturidade, dum ponto de vista moderno, dos critérios glotológicos, até nos três dicionários completados ou começados nos tempos mais recentes, o *Vocabulario della Lingua Italiana*, de N. Zingarelli (17.^a ed., 22.^a ristampa, 1947), o *Vocabulario dell'Accademia d'Italia* (1.^o vol., A.C., 1941) e o *Vocabulario della Lingua Italiana*, de G. Cappuccini e B. Migliorini (1946). Nestes três vocabulários, nos quais, aliás, a etimologia se baseia essencialmente na história das palavras leva a um visível descuido do conteúdo espiritual da própria palavra, do seu valor efetivo, do grau da sua resistência contra os obstáculos de todo o gênero que é natural tenha encontrado no seu caminho desde as origens até hoje.

Verifica-se portanto que os estudos do italiano nada tinham até agora para pôr ao lado dos vocabulários etimológicos de outras línguas, como por exemplo a francesa (os de W. von Wartburg, em publicação; de E. Gamillscheg, de O. Bloch-W. von Wartburg, e de A. Dauzat), a alemã (os de Falk-Trop, de Kluge-Götze, e de H. Hirt) ou a inglesa (os de W. W. Skeat e de F. Holthausen). É era portanto natural que quem tencionasse dar para o italiano um trabalho análogo àquêles que acabamos de mencionar, tivesse de procurar pôr em dia, antes de mais nada, os critérios da sua preparação, apro-